

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica Unicuritiba número 51, segunda dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta de 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com intuito de alertar para a responsabilidade civil de forma que cada cidadão possa valer de seus direitos em uma troca de conhecimentos, apresentam-se artigos na busca de melhores soluções para a sociedade como um ente em mutação, cujo objetivo comum de todo pesquisador é contribuir para a evolução do campo jurídico.

No artigo ***Reacciones del Tribunal Constitucional Portugués ante los ajustes económicos***, os autores Rubén Miranda Gonçalves e Raquel Fernández Besteiro traçam um paralelo entre as alterações ocorridas em Portugal e na Espanha, especificamente no tocante às consequências sensíveis ao Tribunal Constitucional em ambos os países, questionando se o modelo adotado pelo Estado português é mais garantista aos cidadãos em comparação com o modelo adotado pela maioria dos Estados da União Europeia, incluindo o espanhol.

Os autores Thiago Assunção e Alberto do Amaral Junior, no artigo ***Citizenship and Statelessness: Access to rights, participation and belonging in the era of international human mobility***, analisam a cidadania e a apatridia. O artigo tem a intenção de revisar o conceito de cidadania, explorando seu papel como instrumento de acesso a direitos e participação política. Reavalia-se a posição atual deste instituto, diante da mobilidade humana internacional e da ascensão dos direitos humanos. São apresentadas algumas conclusões sobre o papel dos estados nacionais e a complexidade das identidades em uma era de pertencimentos transnacionais e recorrentes deslocamentos humanos.

Em sequência, Renata de Almeida Monteiro e Rui Miguel Zeferino Ferreira, no trabalho intitulado **A tributação ambiental no agronegócio brasileiro, português e espanhol**, discutem a relevância do direito tributário como instrumento de articulação das atividades agroindustriais voltadas ao desenvolvimento sustentável em países produtores. Foram analisadas as legislações do Brasil, Portugal e Espanha para tal intento a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por meio de levantamentos bibliográficos e análise documental.

No artigo **Neuroscience and free will: new challenges for the legal field**, José Edmilson de Souza-Lima contribui com o debate acerca da neurociência e do livre-arbítrio, elencando os posicionamentos (bio)determinista e (sócio)determinista. Com objetivo de contribuir com a temática, o autor conclui que em todas as tentativas passadas e presentes de tratá-los como domínios separados, não conquistaram resultados profícuos para o diálogo entre os campos de pesquisa e para o avanço do conhecimento (sobretudo no campo jurídico) acerca da complexidade da condição humana.

O autor Ricardo Gueiros Bernardes Dias, na pesquisa intitulada **Practice and human dignity in the balance: comparing, empirically, delação premiada, plea negotiations and cooperating witnesses in Brazil and the USA**, procura compreender o Direito, à luz da dignidade humana, em uma perspectiva empírica comparada (Brasil e EUA), bem como entender como a prática discursiva dos juristas pode organizar as práticas sociais, enfatizando a barganha, delação premiada dentre outros institutos jurídicos correlatos. O método utilizado é o empírico o que implica em uma imersão nos acontecimentos da “vida real”.

No artigo **Globalization, economic crisis and collective bargaining in international labor law**, Luiz Eduardo Gunther e Marco Antônio César Villatore analisam a importância da negociação coletiva no Direito Internacional do Trabalho durante a crise econômica do Brasil e verifica como o lucro do empregador poderia existir sem diminuir a imagem de seus empregados. Examina os documentos da Organização Internacional do Trabalho e os instrumentos do MERCOSUL e como os

sindicatos podem existir ao longo da fusão da globalização e da política social de empresas multinacionais.

Em seguida, os autores José Sebastião de Oliveira e Anísio Monteschio Junior apresentam o artigo **Violações aos direitos da personalidade com o Decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro: aspectos que devem nortear o estado democrático de direito em conflito com direito fundamentais em face da possibilidade de realização de busca e apreensão “genérica” via mandado coletivo, concedida pelo poder judiciário**, no qual sinalizam que um dos maiores problemas verificados na história recente da República Federativa do Brasil encontra-se localizado na área de segurança pública. Asseveram que diante do conflito entre Estado Democrático de Direito e a preservação dos Direitos Fundamentais o Poder Judiciário não pode quedar-se inerte, nem tampouco ficar passivo diante da guerra que será travada em solo fluminense, ainda mais diante da possibilidade concreta de violação a direitos essenciais ao Estado Democrático de direito.

Os autores Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Renata Marques Ferreira, no artigo **Parâmetros normativos vinculados ao uso da energia solar no país em face do direito ambiental brasileiro**, defendem que o Brasil possui grande potencial de geração de energia solar não explorado no chamado Cinturão Solar, e que seu uso, como recurso natural/bem ambiental que se caracteriza como fonte de energia, caracteriza-se não só como uma importante e racional opção de atividade econômica em proveito do desenvolvimento nacional como também da erradicação da pobreza visando inclusive à redução das desigualdades sociais e regionais existentes no País (Art.3º da CF).

Antonio Jorge Pereira Junior, no trabalho **O negócio jurídico processual atípico e sua efetividade após um ano de vigência do novo código de processo civil**, traz uma reflexão sobre as nuances do referido negócio, bem como de sua efetividade, após mais de um ano da vigência do novo diploma, por meio de pesquisa nas Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza/Ce. Para a concretização desse estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica e empírica. Empregou-se método descritivo-analítico, desenvolvido por meio de pesquisa teórica e prática, com objetivo de demonstrar que

o conhecimento das peculiaridades do negócio processual é imprescindível para garantir a segurança do que ajustar, e possibilitar a efetiva realização de transações processuais pelas partes litigantes.

Lenice Kelner, no trabalho escrito em italiano e intitulado ***(In)contituzionalità delle pene crudeli e infamanti in Brasile: dalla voce della criminologia critica alla voce dei detenuti***, analisa a inconstitucionalidade das penas cruéis e infamantes. Com referencial legal da Constituição Federal do Brasil de 1988, que proíbe as penas consideradas cruéis e infamantes buscou-se delimitar a compreensão dos conceitos “cruel” e “infamante”, buscando traçar um paralelo entre a função real da pena. A delimitação do referencial teórico (lugar do discurso) tem sido apoiada na “Criminologia Crítica”, pois justifica o funcionamento e as funções reais do sistema penal.

As autoras Sônia Maria Agra Zamith e Elisângela Assayag Neves, no trabalho **ICMS ecológico e a perspectiva de construção de um desenvolvimento sustentável nos municípios do Amazonas**, argumentam sobre a questão do desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas, com base na possibilidade de implantação do ICMS Ecológico como política pública ambiental. Trata-se de discussão que amplia o debate sobre o sucesso da instrumentalização dessa política ambiental em outros Estados, e que pode servir como base para o estabelecimento de uma política pública de desenvolvimento sustentável na região que detém a maior cobertura vegetal e ampla biodiversidade.

Risco no meio ambiente laboral como um dos critérios definidores de microempresas e empresas de pequeno porte para fins do tratamento diferenciado: uma proposta a partir dos relatórios de análise de acidentes de trabalho da gerência regional do trabalho de Chapecó – Santa Catarina é o título do trabalho desenvolvido pelos autores Reginaldo Pereira e Dilnei Eidt, que versa sobre os reflexos do tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte sobre o meio ambiente do trabalho e os direitos relacionados à vida saudável. Seu objetivo é analisar, com base em dados dos Relatórios de Análise de Acidente de Trabalho elaborados por Auditores Fiscais do Trabalho da Gerência

Regional do Trabalho de Chapecó – SC, se a definição destas empresas, baseada apenas no faturamento anual, vem ferindo o direito de trabalhadores de prestarem serviços em ambiente laboral saudável e livre de riscos abusivos.

Emerson Ademir Borges de Oliveira, no trabalho **Procuradoria das empresas estatais federais: uma garantia contra a corrupção**, analisa a importância da representação jurídica das empresas estatais, considerando as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que, a despeito de sua personalidade privada, exercem, quase sempre, funções públicas de alto relevo, razão pela qual merecem proteção especial do Estado, com disposições próprias na Constituição.

Partindo do pressuposto que as normas de conflito de leis presentes em boa parte dos sistemas modernos de Direito Internacional Privado derivam de um modelo de norma neutra, elaborado por Savigny no S. XIX, elaborada a partir da identificação da sede mais próxima a determinada relação jurídica, Fernando Pedro Meinerio, no trabalho **O desenvolvimento do princípio da proximidade no direito internacional privado e sua presença no Brasil**, apresenta o desenvolvimento da ideia de proximidade desde sua concepção clássica até os dias de hoje, incluindo como ela tem se manifestado recentemente no Brasil.

Priscila Tinelli Pinheiro e Gilsilene Passon Picorette Francischetto abordam a influência, nas aulas, exercida pela formação pedagógica dos professores do ensino superior, fornecida pelas próprias instituições, tendo em vista a necessidade de responsabilização destas para com a formação dos seus professores em busca da reformulação da estrutura da aula jurídica. Apresentam como objetivo delinear o conceito de aula e a estrutura tradicionalista da aula jurídica, além de discutir acerca da responsabilidade das instituições perante a formação do seu corpo docente e, por último, analisar a efetiva contribuição desta formação para a reformulação da aula jurídica, no trabalho intitulado **Para além da aula jurídica tradicional: análise da formação pedagógica dos professores de direito como um caminho possível**.

No artigo **O direito coletivo do trabalho na sociedade pós-industrial: desafios à recomposição da consciência de classe obreira**, os autores Carlo Cosentino Filho e Juliana Teixeira Esteves se propõem a demonstrar os desafios do Direito Coletivo do Trabalho no contexto da sociedade pós-industrial, marcada pela fragmentação das categorias profissionais que são a base de sustentação de um sistema de garantias trabalhistas mínimas. Objetiva comprovar o poder dos trabalhadores do conhecimento e a sua capacidade de reconstruir o movimento sindical tal como em sua origem, ou seja, verdadeiramente emancipatório e contra-hegemônico.

Caio Sperandeo de Macedo e Ronny Max Machado, no artigo **Creative commons: avanços e críticas sob a perspectiva da sociedade da informação**, analisam o advento das licenças “*creative commons*” no cenário cotidiano da sociedade da informação, diante da dificuldade de proteção de direitos autorais frente ao crescimento do mercado ilícito de obras. Dentro desta realidade, a “*creative commons*” surge como alternativa válida, tendo em vista a possibilidade de flexibilizar a tutela de alguns direitos de autor e por suscitar indagações acerca da efetivação e perspectivas trazidas por estas licenças gerais públicas.

Com o objetivo de lançar luz sobre os fundamentos que sustentam a alegação de inconstitucionalidade do art. 9-A da Lei de Execução Penal que tornou obrigatória a identificação do perfil genético dos condenados por crime hediondos e a introdução desses dados no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG), Rodrigo Grazinoli Garrido, no trabalho **A repercussão geral da alegação de inconstitucionalidade do art. 9-a da Lei de Execução Penal**, conclui que admitir a flexibilização dos princípios constitucionais ferirá de morte a CRFB/88, pois, o sentido de tais princípios constitucionais protetivos, são absolutamente claros, e necessários dentro de uma Estado Social Democrático de Direito.

Investigou-se no artigo **Responsabilidade civil no caso do massacre de presos no complexo penitenciário anísio jobim (compaj), em 1º de janeiro de 2017**, de autoria de Edimur Ferreira de Faria e Renato Horta Rezende, a atribuição da responsabilidade civil pela chacina ocorrida, por meio do método hipotético-dedutivo,

partindo da hipótese da responsabilidade civil objetiva do Estado, sendo examinada, a evolução da responsabilidade do Estado, edital de licitação, termo de contrato nº 018/2014-Sejus, projeto básico, legislação pertinente e o posicionamento de autores sobre o tema. Concluiu-se pela confirmação da hipótese proposta.

Ao tratar sobre o possível acometimento da síndrome do sobrevivente pelos imigrantes haitianos como consequência da governança por números, Marcelino da Silva Meleu e Laís Cristina Bandeira, no artigo **Da síndrome do sobrevivente à imigração haitiana: uma análise das consequências da governança por números**, concluem que a busca pelos números de forma desenfreada tendem a desencadear a síndrome do sobrevivente nos imigrantes haitianos, inexistindo um sentimento de pertencimento à organização, que, por via de consequência acaba influenciando para uma maior produtividade e lucratividade do mercado, tornando este imigrante apenas um meio para atingir determinado fim.

Maria Helena Diniz, no artigo **Importância da função social da empresa**, ressalta a importância jurídica da função social da empresa para a implementação de benefícios aos trabalhadores e aos cidadãos pela repercussão na execução de programas sociais; melhora de salário; criação de novos empregos; formação de mão de obra qualificada; forma de gestão; relação transparente com o mercado de capitais; lisura relativamente ao consumidor; preservação do meio ambiente; proteção ao meio ambiente do trabalho; observância dos direitos da maternidade; conduta fundada na ética, nos costumes comerciais e no princípio da boa-fé objetiva; solidariedade como instrumento de política social e de promoção da justiça social etc.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Atuaram como **avaliadores** nesta edição da Revista:

- Prof. Dr. Florisbal de Sousa Del'Olmo - URI (Santo Ângelo/RS)
- Prof. Dr. Gerardo Clésio Maia Arruda - Centro Universitário Christus/CE
- Prof. Dr. Andre Studart Leitão - Unichristus (Fortaleza/CE)

- Prof^a. Dr^a. Flavia Piva Leite – Unesp/SP
- Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Martini – Uniritter/RS
- Prof. Dr. Wagner Menezes – USP
- Prof. Dr. Ivo Dantas – UFPE
- Prof. Dr. Valmir Pozzetti – UFAM
- Prof. Dr. Mauricio Timm do Valle – UCB/DF
- Prof. Dr. Frederico Eduardo Zenedin Glitz – Unichapecó/SC
- Prof. Dr. Vladmir Silveira – UFMS
- Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFSE
- Prof. Dr. Heron Gordilho – UFBA
- Prof. Dr. Kiwonghi Bizawu – UDHC/MG
- Prof^a. Dr^a. Valeska raizer Borges Moschen – UFES
- Prof. Dr. Sidney Guerra – Mackenzie/RJ
- Prof. Dr. Orides Mezzaraoba – UFSC
- Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro – UFMT
- Prof^a. Dr^a. Irene Maria Portela – IPCA/Portugal
- Prof^a. Dr^a. Mara Vidigal Darcanchy ILO/OIT